



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SECOM**

### **1 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

#### **1.1 – DA MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Aquisição de diversos itens de materiais permanentes, para atender as demandas dos Cartórios Eleitorais e internas, conforme informado e detalhado no Memorando 894 (1020962), Despacho e Informação SALMOP (1021314, 1022816), Documento de Formalização da Demanda (1022875) e no Estudo Técnico Preliminar (1022882).

#### **1.2 – DO OBJETIVO:**

O objetivo da contratação é disponibilizar materiais de uso permanente, para a realização dos trabalhos nas dependências da Justiça Eleitoral (para o regular funcionamento dos Cartórios Eleitorais e Unidades da Sede), em atendimento ao interesse público, conforme solicitações feitas pelos responsáveis por Unidades em resposta ao Ofício-Circular e Memorando da Diretoria Geral, bem como outras demandas da Administração.

### **2 – DO OBJETO:**

Aquisição de diversos itens de material permanente, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

### **3 – CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:**

#### **3.1 – Especificações mínimas:**

##### **Item 01 – MESA PLÁSTICA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0354608**

##### **Descrição do Material:**

- Mesa confeccionada em plástico, tipo polipropileno;
- Alta resistência;
- Cor branca;
- Monobloco;
- 04 (quatro) pés;
- Empilhável;
- Dimensões: 68 x 68 x 72 cm - podendo variar até 6 cm para mais;
- **Garantia mínima de 06 meses.**

**QUANTIDADE: 11 UNIDADES**

### **Item 02 – CADEIRA PLÁSTICA, TIPO BISTRÔ**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0272171**

#### **Descrição do Material:**

- Cadeira confeccionada em plástico, tipo polipropileno;
- Sem braços;
- Cor branca;
- Monobloco;
- 04 (quatro) pés;
- Empilhável;
- Dimensões: altura total = 80cm; profundidade / comprimento = 44cm; largura = 38cm. Todas as dimensões podem variar até 12 cm para mais;
- Resistência para até 140kg;
- Selo de conformidade do **INMETRO**.
- **Garantia mínima de 12 meses.**

**QUANTIDADE: 59 UNIDADES**

### **ITEM 03 – BANQUETA EM PLÁSTICO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0486369**

#### **Descrição do Material:**

- Confeccionada em plástico, tipo polipropileno;
- Cor branca;
- Monobloco;
- Empilhável;
- Resistente a raios solares e de fácil limpeza;
- 04 (quatro) pés;
- Dimensões: altura do assento = 45cm (podendo variar até 2cm para mais); profundidade = 35cm; largura = 35cm (podendo variar até 6 cm para mais);
- Capacidade máxima de 110kg (limite mínimo);
- Fabricada conforme norma da ABNT;
- **Garantia mínima de 06 meses.**

**QUANTIDADE: 05 UNIDADES**

### **Item 04 – POLTRONA PARA repouso, TIPO HOSPITALAR**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0484081**

#### **Descrição do Material:**

- Poltrona reclinável;
- Mínimo 04 posições (movimentos simultâneos do encosto e apoio dos pés);

- Estofados em espuma, densidade mínima D26, com revestimento em courvin de alta resistência e fácil assepsia, na cor preta ou azul escuro;
- Estrutura em metal, com pintura epóxi;
- Pés com ponteiros plásticos ou outro tipo de proteção;
- Capacidade suportável: 150 kg;
- Dimensões mínimas em posição normal: C=0,85m; L=0,75m;
- Altura mínima: 0,48m
- Dimensões mínimas em posição reclinada: C=1,65m; L=0,75m;
- **Garantia: Mínima de 01 (um) ano.**

**QUANTIDADE: 01 Unidade**

#### **ITEM 05 – PARAFUSADEIRA/FURADEIRA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0607558**

##### **Descrição do Material:**

- Parafusadeira / Furadeira;
- 3/8 Pol.;
- 12 ou 18V;
- Bateria lition;
- Bivolt;
- Com maleta para transporte;
- Acompanha kit com, no mínimo, 10 bits para aparafusar.
- Garantia mínima de 12 meses.

**QUANTIDADE: 02 UNIDADES**

#### **Item 06 - ESTRADO MODULAR**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0260527**

##### **Descrição do Material:**

- § Estrado modular, material polipropileno;
- § Dimensões: comprimento = 50cm; largura = 50cm; altura = 05cm (a altura pode variar em até 0,5cm);
- § Cor café, preto, marrom ou azul;
- § Capacidade de carga até 1 tonelada;
- § Antiderrapante;
- § Com aberturas;
- § Com encaixe modular;
- § **Garantia mínima de 06 meses.**

**QUANTIDADE: 648 UNIDADES**

**\* Ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência, prevalecerá a descrição deste último.**

#### **4 – DO PRAZOS DE ENTREGA:**

4.1 – O prazo de entrega dos materiais será de **até 30 (trinta)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

#### **5 – DA ENTREGA DO MATERIAL:**

5.1 – A entrega do material será feita na Sede do TRE-ES, Av. João Batista Parra, 575, CEP 29052-123, Praia do Suá, Vitória-ES.

5.2 – O material deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes neste **Termo de Referência**, incluídos nos preços propostos todos os custos com materiais, **montagem**, mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação.

#### **6 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:**

O licitante vencedor ficará obrigado a:

a) Retirar ou receber a nota de empenho/assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido em Edital, mantendo todas as condições de habilitação nele existentes;

b) Entregar o produto no prazo estipulado no item 4, deste Termo de Referência;

c) Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;

d) Entregar o material na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. Após a entrega, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.

d.1) constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido na letra “b” ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.

d.2) retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista neste termo.

e) Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, **atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras)**, observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo;

f) Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

g) Apresentar todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas, tanto no ato da entrega dos materiais quanto no ato do pagamento da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

**g.1)** A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório;

h) Manter a mesma qualificação jurídico-fiscal utilizada durante o procedimento licitatório;

i) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;

j) Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

## **7 – DAS PENALIDADES**

7.1 O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho, ou a recusa em aceitá-la, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5(cinco) anos;

7.2 Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, o licitante vencedor sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5%(meio por cento) incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), em cada uma das ocorrências – entrega ou substituição;

Obs.: como substituição, deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes de seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue, seja, conforme o caso, alguma correção que envolva apenas o serviço de instalação que componha o objeto.

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, o licitante vencedor sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30%(trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa no valor de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do objeto;

7.3 O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no subitem 7.2, letra “b”.

7.4 Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição,

no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no subitem 7.2, letra “a”.

7.5 A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do subitem 7.4, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

7.6 A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

7.7 Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

7.8 As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

7.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

7.10 A contagem do prazo estabelecido no subitem 7.2, “a”, inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

7.11 A contagem do prazo estabelecido no subitem 7.4 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

## **8 – DO PAGAMENTO**

O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável.

## **9 – DO VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM:**

Item	Valor Total Estimado do item (R\$)
01	974,27
02	3.763,61
03	284,40
04	1.423,30
05	761,30
06	22.414,32

## 10 – DA LEI Nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

Em 20 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **BENTO ASTORI, Chefe de Seção**, em 20/09/2023, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1027240** e o código CRC **F2D71F59**.